



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO, INCIDÊNCIAS NA SAÚDE DO TRABALHADOR E DESAFIOS INTERDISCIPLINARES

MÁRCIA REGINA BOTÃO GOMES¹

Resumo: Este trabalho aborda a organização e o percurso de uma pesquisa em andamento cuja preocupação principal são as transformações do trabalho, incidências na saúde do trabalhador e desafios interdisciplinares. São apresentados a proposta da pesquisa e a revisão teórica fruto da fase inicial. Tal revisão consiste na reflexão teórica sobre a crise contemporânea do capital, que tem levado a classe dominante a desenvolver estratégias de cunho neoliberal para a manutenção de sua condição de classe dominante e classe dirigente, incidindo no modo de vida de toda sociedade.

Palavras-chave: crise do capital; trabalho e saúde.

Abstract: This paper deals with the organization and the course of an ongoing research whose main concern are the transformations of work, incidences in the health of the worker and interdisciplinary challenges. We present the research proposal and the theoretical revision resulting from the initial phase. Such a review consists of the theoretical reflection on the contemporary crisis of capital, which has led the ruling class to develop neoliberal strategies for the maintenance of its status as a ruling class and ruling class, focusing on the way of life of every society.

Keywords: capital crisis; work and health.

O trabalho que aqui apresentamos é fruto do investimento e articulação de diferentes atividades acadêmicas que incluem o ensino na graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Consiste no estudo sobre as transformações do trabalho ocorridas a partir do final do século XX e intensificadas nas primeiras décadas do século XXI e nas incidências na saúde do trabalhador e que implicam desafios interdisciplinares.

Realizaremos uma introdução da proposta de pesquisa que inclui estudantes graduandos e pós-graduandos, assim como profissionais de diferentes disciplinas em um serviço público de saúde de um município

¹ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro. E-mail: <mrbotao@yahoo.com.br>.

localizado na Baixada Fluminense². Em seguida problematizaremos as recentes transformações no trabalho e suas consequências para os trabalhadores e por fim algumas considerações preliminares.

Em nossa pesquisa do curso de doutorado com o título “Serviço Social e Consultoria Empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?” Realizada em 2015 constatamos no conjunto de demandas e requisições apresentadas aos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais a manutenção do tema da saúde física ou mental. De acordo com 10 profissionais entrevistadas na área empresarial as questões referentes à saúde têm sido cada vez mais complexas e em situações extremas ocorrem inclusive casos de suicídios. Contudo, nos relatos apresentados identificamos uma ênfase nos aspectos psicológicos, que apesar de essenciais, não são exclusivos.

Existe um conjunto de fatores que afeta a saúde precisando ser considerados pelos profissionais que prestam atendimento, trata-se de uma amplitude de necessidades humanas. As condições de trabalho entendida como forma de contratação, formas de gestão, salário direto e indireto, ambiente físico, relações sociais no espaço de trabalho, localização geográfica, mobilidade, violência urbana, segurança nos processos de trabalho, estabilidade do emprego, conformam complexidades que envolvem as particularidades do local de trabalho coexistindo em relação com as dimensões da universalidade social. Esses e outros fatores a autora Freire (2010) chamou de “carga social”.

Saúde do trabalhador é uma demanda singular, mas também coletiva, pois diz respeito a todos de forma direta ou indireta. A pesquisa proposta possui relevância social sendo de interesse de várias áreas do conhecimento. No caso do Serviço Social, essa demanda está presente em diversos espaços sócio-ocupacionais, onde os Assistentes Sociais se inserem profissionalmente, ainda que de forma dispersa segundo Mendes e Wunsch (2011).

² Região da área metropolitana do Rio de Janeiro composta por diversos municípios como de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. São municípios com relações pendulares com o município do Rio de Janeiro e que guardam trajetórias políticas e culturais muito semelhantes entre si.

Desse modo nos interessa o investimento nas categorias Trabalho e Saúde do Trabalhador considerando suas conexões com a totalidade social, ou seja, com as direções hegemônicas que influenciam a gestão do trabalho, a configuração do Estado e as formas de enfrentamento das diferentes expressões da “questão social”. Definimos o objeto de estudo considerando as relações de trabalho e suas expressões na saúde do trabalhador entre o final do século XX e início do século XXI. O objetivo consiste em pesquisar as configurações do trabalho a partir do final do século XX e início XXI no Brasil diante das medidas de reestruturação produtiva, buscando identificar sua relação com a saúde do trabalhador e desafios interdisciplinares.

A pesquisa é orientada pelo referencial do materialismo histórico-dialético e tem natureza qualitativa, numa primeira etapa³ realizamos uma emersão teórica sobre as transformações sociais recentes que afetaram e afetam a organização do trabalho na contemporaneidade. Esta fase contemplou ainda a aproximação com o Centro de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador - CEREST de um município cuja Universidade têm fortes laços extensionistas. A composição da equipe técnica é interdisciplinar, incluindo profissionais de nível superior (médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo etc), nível médio e auxiliar. Essa diversidade na formação da equipe favorece uma aproximação com diferentes “olhares” sobre o mesmo objeto, o que enriquece o processo da pesquisa.

O município escolhido nos pareceu ainda interessante por ser um núcleo industrial da Baixada Fluminense onde se encontra um importante Pólo Petroquímico. Segundo dados do IBGE de 2013, o município tem o segundo maior PIB do Estado do Rio de Janeiro, no entanto essa arrecadação não se expressa nos indicadores sociais, o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,753, considerado baixo em relação aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Essa contradição expressa na desigualdade entre os indicadores econômicos e sociais parecem influenciar as condições de trabalho e saúde da população.

³ Num segundo momento será explorada a temática da saúde na perspectiva do direito e da democracia e suas conexões com o trabalho, incluindo o debate histórico da saúde do trabalhador assim como as conquistas políticas que envolvem a institucionalidade da política de saúde no Brasil.

Trabalho e Saúde

Não é possível analisar saúde do trabalhador sem considerar a complexidade que o trabalho assume atualmente em decorrência dos processos de reestruturação produtiva e do predomínio da “acumulação flexível”, que tem como modo de gestão principal o Toyotismo coexistindo como outras formas de organização do trabalho que impulsionam maior intensificação das atividades laborais, precarização dos vínculos de contrato profissional, ampliam a informalidade ocultando massas de trabalhadores tornando-os destituídos de seus direitos, especialmente na conjuntura atual quando têm sido instaladas contrarreformas trabalhistas no Brasil, Antunes (1999, 2013).

Ao mesmo tempo em que ocorre a modernização do trabalho, paralelamente, massas de trabalhadores são invisibilizados e expulsos das formas de trabalho protegido. No caso dos que se mantêm no mercado formal tem sido disseminado por parte da gestão moderna um forte sentimento de individualização, quando de fato o trabalho tornou-se mais complexo e coletivo. Linhart (2007, 2013) analisando esses aspectos aponta possível relação entre isolamento social e às formas de vida mais individualizadas com diferentes formas de adoecimento dos tempos atuais.

O paradoxo trabalho coletivo/individualismo tem gerado sentimentos de incapacidade, frustração, solidão, angústia, geradores de doenças mesmo nos trabalhos considerados protegidos. A autora considera ser esta uma forma de “precarização subjetiva” que possui raízes e articulação com o modo de organização do trabalho atual, que omite a natureza coletiva de sua realização.

Alves (2013) em consonância com Linhart menciona o termo “captura da subjetividade” para tratar das exigências da alta produtividade por parte dos empregadores gerando nos empregados estímulos de autocobrança ilimitada que dispensam até mesmo a figura do antigo “chefe” nutrindo uma espécie de “inspetor interno”. A captura da “subjetividade” em si não é possível, por isso o uso do termo entre aspas, mas o autor faz uso dessa terminologia para caracterizar a incorporação de ideais do empregador pelo empregado como se

fossem seus. Nesse processo assimila um conjunto de valores fetiches que envolvem desde a produção de mercadorias e serviço como também um conjunto de desejos de consumo que não possuem necessariamente valores reais. Por exemplo, o consumo não de um produto ou serviço, mas de um determinado estilo.

Para além da interpretação de saúde do trabalhador como um conjunto de legislações cumpridas ou não pelos empregadores, a proposta desta pesquisa consiste em pensá-la a partir do conjunto das relações de trabalho estabelecidas nos últimos 20 anos. Essas constatações nos levam à necessidade de realizarmos não só mapeamentos de marcos regulatórios, mas também a realização de pesquisa bibliográfica sobre a categoria trabalho e saúde do trabalhador. É importante considerar os avanços sobre essa temática, sem perder de vista os retrocessos que afetam as condições objetivas para a sua efetivação como um direito.

Do mesmo modo que se faz necessário considerar mudanças tecnológicas, demográficas, descobertas químicas, biotecnológicas e alterações no cenário internacional, com as intensas mobilidades de trabalhadores, conforme indicação da OMS, mesmo não sendo o objeto central de nossa proposta.

Nesse sentido, reafirmamos que a saúde do trabalhador é uma questão complexa que afeta a todos em vários níveis direta ou indiretamente e necessita de articulação interdisciplinar, uma vez que os desafios nessa área não se restringem a um único saber.

Importantes autores localizam no pós 1970 um marco para compreensão das transformações contemporâneas no trabalho, apresentaremos alguns elementos essenciais, presentes nas reflexões de Mandel (1990), Harvey (2004-2008), Mota (1995, 1998), Netto e Braz (2007), Mészáros (2009) e Fontes (2012), autores que analisam o capitalismo na sua fase madura, considerando a historicidade dos seus movimentos, a partir de uma visão crítica da sociedade capitalista e de um referencial teórico de inspiração marxista, problematizando os acontecimentos que possibilitam uma análise que ultrapasse a superficialidade da aparência. Portanto, a crise que se apresenta

no estágio atual do capitalismo não é decorrente de escassez de recursos, mas da superacumulação da riqueza produzida pela classe dominante.

Para Mandel (1990), as crises do capitalismo são cíclicas e inerentes ao capital, o que não significa afirmar que sejam “naturais”. Ao contrário, são criadas e recriadas a partir de processos históricos, políticos, culturais, a partir de tentativas de “soluções” capitalistas, que recorrem a técnicas anticrises. Porém estas técnicas possuem limites e conseguem, no máximo, prolongar os períodos dessas crises sem superá-las de fato, gerando crises maiores, conforme Mészáros (2009).

Segundo Mandel (1990), a crise pós 1970 foi um exemplo de tentativa de contenção por parte do capital, utilizando uma política de expansão e controle sucessivos do crédito, visando a um prolongamento da “onda expansiva” do capital naquele período. As medidas utilizadas foram inflacionárias, devido às disparidades das moedas e aos planos políticos e econômicos dos países envolvidos. Essa crise se expressou com uma característica específica, que foi fazer a economia internacional capitalista conhecer a primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, golpeando simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e retraindo a economia. Em 1975, houve uma queda da produção industrial e do produto interno bruto em todos os grandes países imperialistas. Para fundamentar esta afirmação, Mandel (1990) dedica um capítulo do seu livro, demonstrando a regularidade e repetições das crises capitalistas, que possuem, inclusive, um espaço e periodicidade semelhante entre uma e outra.

Portanto, o fato de as crises no capitalismo serem sucessivas, torna explícito o seu caráter de uma dinâmica instável, mas não natural. Pois “as crises são inerentes sob o capitalismo, mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas da crise” (NETTO & BRAZ, 2007, p.157). Nesse contexto, os autores se referem à possibilidade de elaboração de um projeto que supere esta sociedade, o que significa pensar as relações entre os sujeitos, considerando a história sem naturalizar os acontecimentos. Entretanto o capitalismo não será superado em decorrência de suas crises.

Segundo Mandel (1990), diante do desenvolvimento do capital, dois aspectos importantes refletiram-se nos níveis de emprego da classe trabalhadora. O primeiro refere-se ao fato de os países imperialistas possuírem tecnologia avançada com produção automática e semiautomática, refletida no desequilíbrio entre produção e emprego produtivo. O segundo aspecto foi a forma como os países reconstruíram o exército industrial de reserva de força de trabalho durante o período pós-guerra, quando o capital incorporou no grupo de assalariados efetivos um grande número de mulheres casadas, de jovens e de trabalhadores emigrantes de países menos industrializados. Em geral, esse grupo possuía salários reduzidos, restringindo-se às atividades não-qualificadas ou insalubres, utilizadas marginalmente, podendo ser facilmente descartadas (Cf. MANDEL, 1990).

O aumento do custo de vida, a estagnação da circulação das mercadorias - que deixaram de ser vendidas - e a ociosidade da capacidade de produção explicam o controle de preços pelas grandes empresas, que até conseguiram manter margens de lucro e reduzir uma queda demasiada dessas taxas. Mas isto foi obtido com a cumplicidade dos governos, dos bancos centrais e de todo o sistema bancário, junto com promessas sobre a luta contra a inflação. Posteriormente, ocorreram as políticas anti-inflacionárias, decorrentes de indicações com base no Consenso de Washington, um encontro feito por um grupo de economistas integrantes do International Institute for economy em 1989. Esse encontro teve o objetivo de pensar estratégias políticas e econômicas para os países latino-americanos. Essas propostas foram utilizadas por organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, entre outros. Na ocasião, foi estabelecido um conjunto de condicionalidades para a renegociação da dívida externa adquirida pelos países em desenvolvimento, sendo adotadas, sobretudo, em favor dos grandes grupos capitalistas e com retrocesso das medidas de proteção social alcançadas pelos países. No caso latino-americano, essas medidas têm impactos mais profundos, pelo fato dos modelos de proteção social desses países serem incompletos, em comparação com os países desenvolvidos.

Sabemos que o fim do capitalismo não será um resultado automático dos processos de crises, porque elas, apesar de contraditórias, têm sido funcionais a esse modo de produção. Segundo os autores, não há capitalismo sem crise. Pois a dinâmica de restauração e crise pode resultar - e geralmente tem resultado - numa reconfiguração do poder econômico e de consequente dominação, no qual a classe trabalhadora tem sofrido os maiores reveses, mas não a eliminação do modo de produção capitalista.

Os trabalhadores têm sofrido impactos em suas condições de sobrevivência, nas mudanças das relações de trabalho, no acesso a serviços fundamentais, tais como educação, saúde, habitação, direitos previdenciários; além de serem as principais vítimas da violência, incluindo criminalização da pobreza e das manifestações de resistência social.

A longa sobrevivência do capitalismo diante das crises tem sido mantida por medidas de consenso entre as classes e também pela força militar, que controla os grupos contrários às classes dominantes quando os mecanismos de consenso não são suficientes. As análises dos “ajustes espaço-temporais”, bem como o seu funcionamento e importância nas contradições do próprio capital, são elementos que auxiliam o entendimento da dinâmica de crise e a reação capitalista, discutidas por Harvey (2004), especialmente em tempos de financeirização da economia. Para o autor, esses “ajustes temporais” estão relacionados a todo o processo de valorização do capital, mas também aos processos de crises e de desvalorizações. Esses processos não são excludentes, mas constitutivos do capital, impondo-se nesses períodos a lei do valor apresentada por Marx no seu texto fundamental: *O Capital. Crítica da economia política* (1975).

Nesses processos, o problema de sobreacumulação do capitalismo global tornou-se constante e crônico desde a década de 1970. A volatilidade, como solução, não passou de sucessivas tentativas de ajustes espaço-temporais que fracassaram. Harvey utiliza a referência de Gowan quando afirma ser essa volatilidade uma estratégia por parte dos Estados Unidos para se manterem em posição hegemônica no capitalismo global. Consequentemente, houve a virada para um imperialismo aberto e respaldado por aparatos militares, o que pode ser interpretado como fragilidade ou uma

forma débil de hegemonia norte-americana, diante das crises e recessões que atacam antes outras regiões (HARVEY, 2004). Entretanto esse autor acrescenta: “(...) a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada de crescentes tentativas de acumular por espoliação. Esta, segundo minha conclusão, é marca do que alguns chamam ‘o novo imperialismo’” (HARVEY, 2004).

A ideia central do ajuste temporal consiste na sobreacumulação em um determinado sistema territorial possuidor de um excedente de trabalho e de capital, que precisam ser realocados pelos capitalistas. Assim, uma das formas utilizadas são os investimentos de capital em projetos de longo prazo (HARVEY, 2004).

Um dos aspectos importantes dessas estratégias é a sua dinâmica de transposição dos investimentos atuais para o tempo futuro, onde as mediações das instituições financeiras assumem um papel crucial, assim como estatais com capacidade de crédito. Nesse movimento, é gerado o “capital fictício”, capaz de transcender o consumo atual para projetos futuros, que prometem ser realizados tempos adiante. Nesse caso, segundo Harvey (2004), quando os investimentos apresentam retorno efetivo para o capital, os valores fictícios podem ser amortizados. Quando ocorre o contrário, a sobreacumulação pode ser manifestada através de desvalorizações de ativos ou na forma de crise fiscal do Estado. Algo que estamos observando agora no Brasil (HARVEY, 2004).

Os países que dependem de empréstimos ou os que acumularam, como o Brasil, para se manterem, tornam-se cada vez mais fragilizados ao capital especulativo e fictício. Nessas décadas iniciais do século XXI, têm ocorrido imposições de desvalorização selvagem em territórios mais vulneráveis. Outro resultado dos ajustes espaço-temporais é o aumento da competição internacional entre os países, na medida em que surgem vários centros de acumulação concorrentes, inseridos em um contexto de sobreacumulação.

O sucesso não contempla a todos e os países mais frágeis vivenciam sérias crises de desvalorização e conseqüentes destruições (HARVEY, 2004). Nos anos 2000, a crise manifestada em diversos países da chamada “zona do

euro” demonstrou que as contradições capitalistas geradoras de crises afetam a todos.

Dessa forma, para a conquista de posições de poder no espaço territorial, um elemento fundamental está nas mediações institucionais que se configuram como produtoras e ao mesmo tempo como produto da dinâmica capitalista. Tais instituições podem ser estatais, supraestatais e financeiras. É relevante pensarmos no papel exercido pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros.

Sobre esses organismos, as autoras Galízia & Pastorini (2006) discutem a sua relação com os países da América Latina, sobretudo, no que diz respeito às reformas neoliberais do sistema de proteção social na década de 1990, considerando o histórico do surgimento desses organismos, seus objetivos e imposições “sugeridas” como condição para a concessão de recursos em forma de empréstimos. Mas as exigências não se limitaram ao final do século passado, na realidade têm sido mantidas e intensificadas no início do século XXI.

O resultado destas estratégias, sobretudo do processo de financeirização da economia acompanhada da reestruturação produtiva, dentre outros, foi o aumento do índice de desemprego, pauperização e perda de direitos por parte da classe trabalhadora. Contudo essa lógica estadunidense não pode ser considerada simplesmente vitoriosa ou fracassada. Trata-se de um processo bastante complexo, pois os EUA também vivenciam grandes dificuldades, mas que comprometem todo o conjunto de países que possuem políticas interligadas, o que os leva a financiar o seu consumismo e produtivismo para manutenção do mercado dos produtos excedentes.

Para Harvey (2004), as ameaças aos EUA podem representar sinais de transição de um poder hegemônico para outra potência econômica. Contudo não significa dizer que essa transição foi aceita pacificamente pelos EUA. Ao contrário, as estratégias de guerra e os ataques “preventivos”, que foram respostas no início dos anos 2000, parecem ser recuperados na era Trump. Contudo a sua insuficiência pode gerar outras formas de acumulação. É sobre

essas “novas formas” que Harvey (2004) centra a sua hipótese de “acumulação por espoliação”.

Fontes (2012) problematiza essa interpretação de Harvey no seu entendimento da “acumulação por espoliação”, que acaba por levá-lo a crer no surgimento de “um novo imperialismo”. A autora afirma que, no período atual, permanecem formas de expropriação constitutivas do capital desde a sua origem, sendo simultaneamente condição para a sua existência e decorrência dela. Nesse sentido, não há novidade, mas um conjunto de reconfigurações, onde não há contraposição entre “expropriação” e “espoliação”. Segundo alguns pressupostos de Harvey, a expropriação em Marx seria um momento original do capital, que resultaria em formas de reprodução ampliada; e a acumulação por espoliação seria diferente das formas primitivas e tradicionais de expropriação. Em seu entendimento, o capitalismo “normalizado” abrandaria as formas especulativas de seus primórdios. Fontes, discordando deste argumento, afirma:

Ora, Marx de fato considerava que, uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica ‘normalizada’ sobre os trabalhadores agora ‘livres’ substitui a violência aberta. No entanto, em inúmeras passagens d’O capital [...], reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações, para além daqueles trabalhadores já ‘liberados’ (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores) (FONTES, 2012, p. 63).

A autora enfatiza que as formas “normalizadas” do capital nunca dispensaram a especulação, o roubo e outros mecanismos de expropriação, ainda que tenham sido criadas formas judicializadas de relações entre capital e trabalho, sobretudo, nos países centrais. Mas, mesmo nesses países, a classe trabalhadora vem sofrendo maiores índices de expropriação de seus direitos.

Então, o que há de novo nesses processos que podem levar a acreditar que existe “um novo imperialismo”, como sugere Harvey, ou a forma de capital imperialismo, segundo Fontes (2012)? A realidade global das diversas formas de expropriação deixou de ser localizada nos países periféricos, atingindo todas as regiões do mundo. Ela se reflete cada vez mais, sendo afirmado por Fontes (2012) sobre esses processos:

A ameaça recorrente do desemprego aprofunda-se nos países centrais por meio da expropriação de direitos que limitavam a disponibilização da força de trabalho; modificações perversas nas modalidades de contratação de força de trabalho intensificam-se indiscriminadamente. Aprofundam-se a disponibilidade permanente, 'livre', de enorme parcela da força de trabalho, e o fenômeno vem ocorrendo também entre estratos de trabalhadores que se acreditavam protegidos de tal eventualidade. Recompõem-se duras hierarquias no processo de trabalho, de maneira a sobrepor a já acirrada concorrência imposta pelo capital de forma difusa e esparsa, como 'necessidade natural', uma concorrência interna, entre trabalhadores com direitos contratuais profundamente diversos e, mesmo, desprovidos de direitos associados ao trabalho. (FONTES, 2012, p.66)

Enfatizaremos aqui os aspectos da crise relativos às mudanças no trabalho, pois as múltiplas dimensões da crise contemporânea do capital não são possíveis de serem abordadas em sua totalidade. Mas as expropriações dos direitos dos trabalhadores são fundamentais para a análise dos processos de informalização e precarização vivenciados por significativa parcela da classe trabalhadora. Fontes (2012) denomina as expropriações atuais de expropriações secundárias, pois nesse momento histórico os trabalhadores já não possuem mais os meios de produção, mas sim alguns direitos e esses direitos que estão sendo extraídos gradativamente pelos capitalistas com grande suporte estatal.

Segundo as análises de Mészáros (2009), os problemas que cercam essa crise não se reduzem aos aspectos financeiros, mas também ao poder militar de destruição humana e à destruição da natureza. Por isso, torna-se necessária uma mudança sistêmica radical, evidenciando a relevância de Marx nos dias atuais. Na sua ótica, não há remédios reais para as crises capitalistas manterem o sistema, pois as suas "soluções" têm historicamente demonstrado não só a continuidade dos problemas, como também o seu agravamento, dando-se a sua eclosão de modo mais frequente.

Antunes (1999), acompanhando as reflexões de Mészáros, interpreta a nova forma de ser da crise ao afirmar que o capitalismo ingressa, então, em uma nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas presenciando a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas. Trata-se, portanto, de uma crise permanente na própria realização do valor.

O discurso em torno da “confiança”, da “falta dela” ou até mesmo sobre a “superconfiança” tem sido um dos mais presentes no debate sobre a crise capitalista. Porém permanece a recusa por parte dos capitalistas de reconhecer (ou demonstrar esse reconhecimento) sobre a gravidade da crise atual e de seus impactos, assim como a sua natureza, que não se encontra na presença ou ausência de confiança no mercado. Esses discursos seriam máscaras que compõem o esforço dos capitalistas em obscurecer a realidade, mas que não conseguem ser sustentadas diante dos dados reais.

O alto índice de desemprego e fechamento de fábricas nos Estados Unidos são exemplos apontados por Mészáros (2009). O que o autor desvela é a inconsistência da liberdade e eficiência de mercado que os capitalistas valorizam nos seus discursos, mas que de fato não existe, porque o Estado, com os recursos públicos, está sempre sendo solicitado a atender às demandas criadas pelo próprio sistema.

Mészáros (2009) afirma ainda que a realidade impõe a necessidade de reconhecimento público de “*salvar o sistema*”, fato que foi publicado em exemplar do *The Economist*, em 11 de outubro de 2008, ainda que a maneira apresentada tenha sido um tanto contraditória e estranha. No seu editorial, foram mencionados os seguintes dados: a perda de *150.000 mil empregos* em setembro pelos norte-americanos, o que significou um recorde desde 2003; a queda das vendas de automóveis devido à perda do poder aquisitivo de potenciais compradores, com o fechamento temporário de algumas fábricas da General Motors na Europa.

Dessa forma, a conta a ser paga tem sido socializada por vários países e, assim, os defensores do “livre mercado” vão se distanciando deste discurso no momento que lhes interessa. Na recente crise os Estados Unidos da América do Norte buscaram soluções através de pactos econômicos e políticos com a intervenção Estatal. Não seria o mercado autorregulável? Por que precisa ele recorrer ao Estado nos períodos de crise? Essa é uma das inconsistências entre o ideário neoliberal e o processo de neoliberalização apontada por Harvey (2008). Ou seja, o argumento do Estado mínimo se mantém até o momento da necessidade do capital em recorrer aos seus

recursos, financeiros e políticos, quando o ao privilegiar as demandas econômicas das classes dominantes, conforme também destaca Netto (1996).

No Brasil, apesar das diferenças com os países de capitalismo central, muitos retrocessos têm ocorrido, especialmente nos últimos anos. Podemos destacar um frontal ataque às políticas públicas de diferentes modos articulados, dentre eles: político-ideológico, redução de orçamento, privatização disfarçada. Na área do trabalho, a nítida redução dos direitos trabalhistas por meio de reformas e o apelo ao empreendedorismo como o caminho da liberdade e da possibilidade de se manter.

Considerações Preliminares

Considerando a concepção de saúde a partir de múltiplos aspectos, entendemos que a sua conquista ou manutenção se articula a diferentes modos de expressão da questão social. Para além de concepções biológicas e genéticas, as condições de vida e trabalho constituem elementos fundamentais à saúde física e mental.

Conforme já mencionado, a crise do capital incide no modo de vida das pessoas, afetando de diferentes formas. Nesse contexto, a classe trabalhadora tem sido fortemente afetada. Atualmente, com as reformas previdenciárias e trabalhistas em curso no Brasil, há tendência de ampliação desses modos de precarização. A fronteira entre trabalho formal e informal encontra-se cada vez mais reduzida, independentemente da formação e do nível de escolaridade do trabalhador. Entendemos, portanto, que os estudos sobre trabalho e saúde do trabalhador além produzirem explicações e reflexões sobre as condições de trabalho e vida dos trabalhadores também podem se alinhar e fortalecer a luta pela saúde como um direito, a permanência dos serviços públicos de saúde previstos para atendimento das demandas advindas do processo de trabalho.

Acreditamos que o conteúdo do projeto de pesquisa aqui apresentado se articula ao desenvolvimento das disciplinas do campo de formação profissional nos cursos de Serviço Social na graduação e na pós-graduação, além das temáticas dos objetos de pesquisa dos cursos de mestrado e doutorado no âmbito do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Outro potencial desta pesquisa encontra-se na possibilidade de articulação com outras áreas do conhecimento representadas na instituição, em outros centros de pesquisa de excelência e nos próprios serviços de saúde de atendimento ao trabalhador, por isso o investimento teórico na categoria interdisciplinariedade está no horizonte da pesquisa. O tema da saúde é abrangente e socialmente relevante.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. A nova morfologia do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

FREIRE, L. M. B. **O serviço na reestruturação Produtiva**: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, M. R. B. **Serviço Social e Consultoria empresarial**: uma possibilidade de intervenção crítica? 2015. 171 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2013.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Serviço Social e a Saúde do Trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTÃO, C.; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E.; AMARAL A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro: estudos de Política e Teoria Social. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 14, 2006.

PAULO NETTO, J. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política, uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.